

## SÚMULA 603 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO BANCÁRIO - CONTRATO BANCÁRIO

#### Enunciado:

É vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

A Segunda Seção, na sessão de 22 de agosto de 2018, ao julgar o REsp 1.555.722-SP, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 603-STJ.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

ART:00649 INC:00004

LEG:FED LEI:013105 ANO:2015

\*\*\*\*\* CPC-15 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

ART:00833 INC:00004

#### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

#### Data da decisão:

22/02/2018

#### Fonte:

DJE DATA:26/02/2018

RSSTJ VOL.:00047 PG:00061

RSSTJ VOL.:00047 PG:00071

RSTJ VOL.:00249 PG:01317

RSTJ VOL.:00251 PG:01149

#### Precedentes:

AgRg nos EDcl no AREsp 425992 RJ 2013/0369777-2 Decisão:03/02/2015

DJE DATA:10/02/2015

AgRg nos EDcl no AREsp 429476 RJ 2013/0375623-0 Decisão:18/09/2014

DJE DATA:03/11/2014

AgRg no AREsp 175375 RJ 2012/0095253-2 Decisão:06/08/2013

DJE DATA:22/08/2013

AgRg no REsp 876856 MG 2006/0181245-7 Decisão:07/03/2013

DJE DATA:13/03/2013

AgRg no REsp 1108935 RS	2008/0278696-3	Decisão:04/09/2012
<b>DJE</b>	DATA:26/09/2012	
EDcl no REsp 988178 PB	2007/0218260-5	Decisão:23/08/2011
<b>DJE</b>	DATA:31/08/2011	
AgRg no REsp 1214519 PR	2010/0172128-4	Decisão:16/06/2011
<b>DJE</b>	DATA:28/06/2011	
AgRg no REsp 975464 SP	2007/0186884-8	Decisão:26/04/2011
<b>DJE</b>	DATA:02/05/2011	
REsp 1012915 PR	2007/0288591-9	Decisão:16/12/2008
<b>DJE</b>	DATA:03/02/2009	
<b>RSSTJ</b>	VOL.:00047	PG:00061
REsp 1021578 SP	2008/0004832-2	Decisão:16/12/2008
<b>DJE</b>	DATA:18/06/2009	
<b>RSSTJ</b>	VOL.:00047	PG:00071
REsp 595006 RS	2003/0040928-9	Decisão:15/08/2006
<b>DJ</b>	DATA:18/09/2006	PG:00323
<b>RB</b>	VOL.:00515	PG:00025
<b>REVFOR</b>	VOL.:00391	PG:00390
<b>RNDJ</b>	VOL.:00083	PG:00082
<b>RSTJ</b>	VOL.:00203	PG:00406
REsp 492777 RS	2003/0007719-9	Decisão:05/06/2003
<b>DJ</b>	DATA:01/09/2003	PG:00298

## DIREITO PENAL - TRÁFICO DE DROGAS

### Enunciado:

Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.

A Terceira Seção, na sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2022, cancelou o seguinte enunciado de Súmula, que será publicado no Diário da Justiça eletrônico do Superior Tribunal de Justiça, por três vezes, em datas próximas, nos termos do art. 123 do RISTJ.

### Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:003689 ANO:1941

\*\*\*\*\* CPP-41 CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ART:00070

LEG:FED LEI:006368 ANO:1976

\*\*\*\*\* LT-76 LEI DE TÓXICOS

ART:00012 ART:00018 INC:00001 INC:00003

(ART. 12 E 18 REVOGADOS PELA LEI 11.343, DE 23/08/2006)

LEG:FED LEI:011343 ANO:2006

\*\*\*\*\* LDR-06 LEI DE DROGAS

ART:00033 ART:00040 INC:00001

### Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

### Data da decisão:

13/05/2015

### Fonte:

DJE DATA:18/05/2015

RSSTJ VOL.:00044 PG:00427

RSTJ VOL.:00243 PG:01068

### Precedentes:

CC	41775 RS	2004/0032996-3	Decisão:26/05/2004
DJ		DATA:14/06/2004	PG:00158
CC	109646 SP	2009/0247755-3	Decisão:23/03/2011
DJE		DATA:01/08/2011	
CC	112306 MS	2010/0093945-0	Decisão:24/11/2010
DJE		DATA:10/12/2010	
CC	132897 PR	2014/0055223-1	Decisão:28/05/2014
DJE		DATA:03/06/2014	
CC	133003 RJ	2014/0063678-0	Decisão:28/05/2014
DJE		DATA:03/06/2014	
CC	133560 RJ	2014/0094423-6	Decisão:11/06/2014
DJE		DATA:17/06/2014	
RSSTJ		VOL.:00044	PG:00427

**SÚMULA 512** (SÚMULA CANCELADA)**DIREITO PENAL - TRÁFICO DE DROGAS****Enunciado:**

A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.

A Terceira Seção, na sessão de 23 de novembro de 2016, ao julgar a QO na Pet 11.796-DF, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 512-STJ.

**Referências Legislativas:**

LEG:FED CFB:\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ART:00005 INC:00043

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

ART:0543C

LEG:FED RES:000008 ANO:2008

(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ)

LEG:FED LEI:008072 ANO:1990

\*\*\*\*\* LCH-90 LEI DOS CRIMES HEDIONDOS

ART:00002 PAR:00002

LEG:FED LEI:011343 ANO:2006

\*\*\*\*\* LDR-06 LEI DE DROGAS

ART:00033 PAR:00004

**Órgão Julgador:**

TERCEIRA SEÇÃO

**Data da decisão:**

23/11/2016

**Fonte:**

DJE DATA:28/11/2016

DJE DATA:16/06/2014

RSSTJ VOL.:00044 PG:00133

RSSTJ VOL.:00044 PG:00140

RSTJ VOL.:00235 PG:00695

**Precedentes:**

AgRg no REsp 1259135 MS

2011/0143385-2

Decisão:06/06/2013

DJE

DATA:01/07/2013

AgRg nos EDcl no REsp 1297936 MS

2011/0300624-3

Decisão:18/04/2013

DJE

DATA:25/04/2013

REsp 1329088 RS

2012/0124208-0

Decisão:13/03/2013

DJE

DATA:26/04/2013

RSSTJ

VOL.:00044

PG:00140

HC 224038 MG

2011/0264392-3

Decisão:20/11/2012

DJE

DATA:27/11/2012

HC	254139 MG	2012/0192944-4	Decisão:13/11/2012
DJE		DATA:23/11/2012	
AgRg no REsp	1116696 MG	2009/0101586-7	Decisão:01/03/2012
DJE		DATA:14/03/2012	
HC	149942 MG	2009/0196394-1	Decisão:06/04/2010
DJE		DATA:03/05/2010	
HC	143361 SP	2009/0146161-5	Decisão:23/02/2010
DJE		DATA:08/03/2010	

## SÚMULA 497 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL

#### Enunciado:

Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.

A Primeira Seção, na sessão de 14/09/2022, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 959, determinou o CANCELAMENTO da Súmula 497 do STJ (DJe 19/09/2022).

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973  
 \*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973  
 ART:0543C

LEG:FED RES:000008 ANO:2008  
 (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ)

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966  
 \*\*\*\*\* CTN-66 CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL  
 ART:00187 PAR:ÚNICO

LEG:FED LEI:006830 ANO:1980  
 \*\*\*\*\* LEF-80 LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS  
 ART:00029 PAR:ÚNICO

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

08/08/2012

#### Fonte:

DJE DATA:19/09/2022  
 DJE DATA:13/08/2012  
 RSSTJ VOL.:00043 PG:00441  
 RSTJ VOL.:00227 PG:00956

#### Precedentes:

REsp	8338 SP	1991/0002759-6	Decisão:08/09/1993
DJ		DATA:08/11/1993	PG:23542
REsp	131564 SP	1997/0033056-7	Decisão:14/09/2004
DJ		DATA:25/10/2004	PG:00268

REsp	957836 SP	2007/0072037-2	Decisão:13/10/2010
DJE		DATA:26/10/2010	
RSSTJ		VOL.:00043	PG:00441
RT		VOL.:00904	PG:00231
REsp	1122484 PR	2009/0025032-0	Decisão:15/12/2009
DJE		DATA:18/12/2009	
REsp	1175518 SP	2010/0004125-3	Decisão:18/02/2010
DJE		DATA:02/03/2010	

## SÚMULA 470 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO CIVIL - DPVAT

#### Enunciado:

O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

A Segunda Seção, na sessão de 27 de maio de 2015, ao julgar o REsp 858.056-GO, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 470-STJ.

#### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

#### Data da decisão:

27/05/2015

#### Fonte:

DJE DATA:15/06/2015

DJE DATA:06/12/2010

RSSTJ VOL.:00042 PG:00597

RSSTJ VOL.:00042 PG:00606

RSTJ VOL.:00220 PG:00728

#### Precedentes:

AgRg no REsp	1072606 GO	2008/0139032-8	Decisão:09/03/2010
DJE		DATA:16/03/2010	
REsp	858056 GO	2006/0120826-0	Decisão:11/06/2008
DJE		DATA:04/08/2008	
REVJUR		VOL.:00374	PG:00119
RSSTJ		VOL.:00042	PG:00606
AgRg no Ag	853834 GO	2006/0282146-3	Decisão:22/05/2007
DJ		DATA:06/08/2007	PG:00514

## DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE

### Enunciado:

Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.

A Segunda Seção, na sessão de 11 de abril de 2018, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 937, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 469-STJ.

### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008078 ANO:1990

\*\*\*\*\* CDC-90 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

LEG:FED LEI:009656 ANO:1998

### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

### Data da decisão:

24/11/2010

### Fonte:

DJE DATA:06/12/2010

RSSTJ VOL.:00042 PG:00581

RSTJ VOL.:00220 PG:00727

RSTJ VOL.:00250 PG:01004

### Precedentes:

REsp	1106557 SP	2008/0262553-6	Decisão:16/09/2010
DJE		DATA:21/10/2010	
AgRg no Ag	1250819 PR	2009/0222990-5	Decisão:04/05/2010
DJE		DATA:18/05/2010	
REsp	1106789 RJ	2008/0285867-3	Decisão:15/10/2009
DJE		DATA:18/11/2009	
RDTJRJ		VOL.:00083	PG:00114
REsp	418572 SP	2002/0025515-0	Decisão:10/03/2009
DJE		DATA:30/03/2009	
REsp	285618 SP	2000/0112252-5	Decisão:18/12/2008
DJE		DATA:26/02/2009	
RSSTJ		VOL.:00042	PG:00581
REsp	1046355 RJ	2008/0075471-3	Decisão:15/05/2008
DJE		DATA:05/08/2008	
REsp	986947 RN	2007/0216173-9	Decisão:11/03/2008
DJE		DATA:26/03/2008	
RT		VOL.:00873	PG:00175
REsp	466667 SP	2002/0114103-4	Decisão:27/11/2007
DJ		DATA:17/12/2007	PG:00174
LEXSTJ		VOL.:00223	PG:00112

REsp	251024 SP	2000/0023828-7	Decisão:27/09/2000
DJ		DATA:04/02/2002	PG:00270
LEXSTJ		VOL.:00151	PG:00127
RSSTJ		VOL.:00024	PG:00027
RSTJ		VOL.:00154	PG:00193

## SÚMULA 418 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL

#### Enunciado:

É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

A Corte Especial, na sessão de 1º de julho de 2016, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 418-STJ.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED CFB:\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ART:00105 INC:00003

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

ART:00538

#### Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

#### Data da decisão:

01/07/2016

#### Fonte:

DJE DATA:03/08/2016

DJE DATA:11/03/2010

RSSTJ VOL.:00040 PG:00011

RSTJ VOL.:00218 PG:00686

#### Precedentes:

REsp	877106 MG	2006/0175986-2	Decisão:18/08/2009
DJE		DATA:10/09/2009	
RMP		VOL.:00038	PG:00265
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00103
RSTJ		VOL.:00216	PG:00242

REsp	1000710 RS	2007/0254923-0	Decisão:06/08/2009
DJE		DATA:25/09/2009	
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00135

AgRg nos EREsp	877640 SP	2009/0043058-1	Decisão:10/06/2009
DJE		DATA:18/06/2009	
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00048

AgRg no Ag	992922 MG	2007/0281285-0	Decisão:15/04/2008
DJE		DATA:29/04/2008	
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00037



REsp	854235 SP	2006/0083477-9	Decisão:08/04/2008
DJE		DATA:18/04/2008	
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00100
REsp	984187 DF	2007/0208627-0	Decisão:11/03/2008
DJE		DATA:07/04/2008	
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00128
AgRg no AgRg no REsp	989043 SP	2007/0218273-1	Decisão:21/02/2008
DJE		DATA:07/04/2008	
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00041
AgRg no Ag	949677 SP	2007/0213214-1	Decisão:18/12/2007
DJ		DATA:11/02/2008	PG:00133
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00033
REsp	673601 RS	2004/0128547-0	Decisão:17/12/2007
DJ		DATA:07/02/2008	PG:00399
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00063
REsp	939436 SC	2007/0073547-1	Decisão:11/12/2007
DJ		DATA:07/02/2008	PG:00462
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00119
AgRg no Ag	948303 RS	2007/0214437-2	Decisão:27/11/2007
DJ		DATA:17/12/2007	PG:00211
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00030
AgRg no Ag	906352 SP	2007/0119922-4	Decisão:20/11/2007
DJ		DATA:10/12/2007	PG:00431
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00027
REsp	852069 SC	2006/0105416-0	Decisão:06/09/2007
DJ		DATA:01/10/2007	PG:00225
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00096
REsp	681227 RS	2004/0111669-7	Decisão:16/08/2007
DJ		DATA:12/11/2007	PG:00219
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00071
AgRg no Ag	896558 CE	2007/0129124-9	Decisão:14/08/2007
DJ		DATA:21/09/2007	PG:00299
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00023

REsp	796854 DF	2006/0233793-7	Decisão:20/06/2007
DJ		DATA:06/08/2007	PG:00445
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00055
RSTJ		VOL.:00212	PG:00025
REsp	776265 SC	2005/0139887-6	Decisão:18/04/2007
DJ		DATA:06/08/2007	PG:00445
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00083
AgRg no Ag	643825 MG	2004/0168834-4	Decisão:29/11/2005
DJ		DATA:19/12/2005	PG:00399
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00019
REsp	706998 RS	2004/0170485-6	Decisão:15/03/2005
DJ		DATA:23/05/2005	PG:00304
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00081
AgRg no REsp	573080 RS	2003/0127649-1	Decisão:17/02/2004
DJ		DATA:22/03/2004	PG:00373
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00045
AgRg no Ag	479830 SP	2002/0136992-3	Decisão:22/05/2003
DJ		DATA:30/06/2003	PG:00245
RSSTJ		VOL.:00040	PG:00015

## DIREITO ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

### Enunciado:

Nas ações de desapropriação, os juros compensatórios incidentes após a Medida Provisória n. 1.577, de 11/06/1997, devem ser fixados em 6% ao ano até 13/09/2001 e, a partir de então, em 12% ao ano, na forma da Súmula n. 618 do Supremo Tribunal Federal.

A Primeira Seção, no dia 28/10/2020, ao julgar a PET 12.344-DF, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 408-STJ, com a publicação do cancelamento da referida súmula no Dje por três dias consecutivos a partir do dia 18/11/2020.

### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

ART:0543C

LEG:FED DEL:003365 ANO:1941

\*\*\*\*\* LD-41 LEI DE DESAPROPRIAÇÃO

LEG:FED MPR:001577 ANO:1997

(MEDIDA PROVISÓRIA 1.577/1997)

LEG:FED RES:000008 ANO:2008

ART:00002 PAR:00001

(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ)

### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

### Data da decisão:

28/10/2009

### Fonte:

REPDJE DATA:25/11/2009

DJE DATA:24/11/2009

RSSTJ VOL.:00038 PG:00331

RSTJ VOL.:00216 PG:00763

### Precedentes:

AgRg no REsp	943321 PA	2007/0086634-1	Decisão:09/12/2008
DJE		DATA:13/03/2009	
RSSTJ		VOL.:00038	PG:00335
REsp	437577 SP	2002/0061381-9	Decisão:08/02/2006
DJ		DATA:06/03/2006	PG:00140
RSSTJ		VOL.:00038	PG:00338
REsp	912975 SE	2006/0282153-9	Decisão:09/06/2009
DJE		DATA:19/06/2009	
RSSTJ		VOL.:00038	PG:00347
REsp	1049462 MT	2008/0084746-3	Decisão:04/06/2009
DJE		DATA:01/07/2009	
RSSTJ		VOL.:00038	PG:00374

REsp	1049614 PR	2008/0083866-6	Decisão:04/12/2008
DJE		DATA:15/12/2008	
RSSTJ		VOL.:00038	PG:00374

REsp	1111829 SP	2009/0024405-9	Decisão:13/05/2009
DJE		DATA:25/05/2009	
RSSTJ		VOL.:00038	PG:00387

## SÚMULA 366 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

#### Enunciado:

Compete à Justiça estadual processar e julgar ação indenizatória proposta por viúva e filhos de empregado falecido em acidente de trabalho.

Julgando o CC 101.977-SP, na sessão de 16/09/2009, a Corte Especial deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 366.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED CFB:\*\*\*\*\* ANO:1988  
 \*\*\*\*\* CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988  
 ART:00114 INC:00006  
 LEG:FED EMC:000045 ANO:2004

#### Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

#### Data da decisão:

16/09/2009

#### Fonte:

DJE DATA:22/09/2009  
 DJE DATA:26/11/2008  
 RSSTJ VOL.:00032 PG:00419  
 RSTJ VOL.:00212 PG:00629

#### Precedentes:

CC	95413 SP	2008/0086218-8	Decisão:25/06/2008
DJE		DATA:01/07/2008	
LEXSTJ		VOL.:00228	PG:00044
RSSTJ		VOL.:00032	PG:00447
RT		VOL.:00876	PG:00149

CC	84766 SP	2007/0106620-8	Decisão:14/05/2008
DJE		DATA:23/06/2008	
RSSTJ		VOL.:00032	PG:00443

CC	59972 MG	2006/0050616-7	Decisão:12/09/2007
DJ		DATA:08/10/2007	PG:00197
RSSTJ		VOL.:00032	PG:00437

CC	57884 SP	2005/0216409-0	Decisão:14/03/2007
DJ		DATA:09/04/2007	PG:00219
RSSTJ		VOL.:00032	PG:00432

CC	54210 RO	2005/0140742-6	Decisão:09/11/2005
DJ		DATA:12/12/2005	PG:00268
RSSTJ		VOL.:00032	PG:00428
RT		VOL.:00849	PG:00207

## SÚMULA 348 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO STJ

#### Enunciado:

Compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal, ainda que da mesma seção judiciária.

julgando o CC 107.635-PR, na sessão de 17/03/2010, a Corte Especial deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 348.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED CFB:\*\*\*\*\* ANO:1988  
 \*\*\*\*\* CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988  
 ART:00105 INC:00001 LET:D

#### Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

#### Data da decisão:

17/03/2010

#### Fonte:

DJE DATA:23/03/2010  
 DJE DATA:09/06/2008  
 DJ DATA:04/05/2005 PG:00166  
 RSSTJ VOL.:00030 PG:00191  
 RSTJ VOL.:00210 PG:00506

#### Precedentes:

CC	85643 RR	2007/0111083-0	Decisão:12/12/2007
DJ		DATA:01/02/2008	PG:00429
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00250

CC	74623 DF	2006/0241625-8	Decisão:24/10/2007
DJ		DATA:08/11/2007	PG:00157
LEXSTJ		VOL.:00221	PG:00033
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00231

CC	83130 ES	2007/0085698-7	Decisão:26/09/2007
DJ		DATA:04/10/2007	PG:00165
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00238

CC	89195 RJ	2007/0201370-7	Decisão:26/09/2007
DJ		DATA:18/10/2007	PG:00260
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00255

CC	83676 MG	2007/0086009-9	Decisão:22/08/2007
DJ		DATA:10/09/2007	PG:00179
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00242

CC	51173 PA	2005/0097294-0	Decisão:13/12/2006
DJ		DATA:08/03/2007	PG:00157
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00224
CC	48022 GO	2005/0017620-9	Decisão:26/04/2006
DJ		DATA:12/06/2006	PG:00409
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00210
CC	47516 MG	2004/0173355-7	Decisão:22/02/2006
DJ		DATA:02/08/2006	PG:00226
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00200
CC	49171 PR	2005/0066026-5	Decisão:28/09/2005
DJ		DATA:17/10/2005	PG:00164
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00221
CC	48047 RR	2005/0017608-1	Decisão:10/08/2005
DJ		DATA:14/09/2005	PG:00191
RSSTJ		VOL.:00030	PG:00217

## SÚMULA 343 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

#### Enunciado:

É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

A Primeira Seção, na sessão de 28 de abril de 2021, ao apreciar a QO no MS 7.078-DF (Projeto de Súmula n. 700), determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 343-STJ.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008112 ANO:1990

\*\*\*\*\* RJU-90 REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

CIVIS DA

UNIÃO

ART:00153 ART:00163 ART:00164

#### Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

12/09/2007

#### Fonte:

DJE DATA:03/05/2021

DJ DATA:21/09/2007 PG:00334

RSSTJ VOL.:00029 PG:00337

RSTJ VOL.:00207 PG:00480

RSTJ VOL.:00261 PG:01103

#### Precedentes:

MS	10837 DF	2005/0120158-6	Decisão:28/06/2006
DJ		DATA:13/11/2006	PG:00221

RMS	20148 PE	2005/0096183-2	Decisão:07/03/2006
DJ		DATA:27/03/2006	PG:00304
RSSTJ		VOL.:00029	PG:00382
MS	10565 DF	2005/0060850-9	Decisão:08/02/2006
DJ		DATA:13/03/2006	PG:00178
RSSTJ		VOL.:00029	PG:00361
MS	9201 DF	2003/0136179-2	Decisão:08/09/2004
DJ		DATA:18/10/2004	PG:00186
RSSTJ		VOL.:00029	PG:00352
MS	7078 DF	2000/0065864-2	Decisão:22/10/2003
DJ		DATA:09/12/2003	PG:00206
RSSTJ		VOL.:00029	PG:00341

## SÚMULA 321 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PRIVADA

#### Enunciado:

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.

A Segunda Seção, na sessão de 24 de fevereiro de 2016, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 627 e o julgado no REsp 1.536.786-MG, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 321-STJ.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008078 ANO:1990

\*\*\*\*\* CDC-90 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ART:00002 ART:00003 PAR:00002

#### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

#### Data da decisão:

24/02/2016

#### Fonte:

DJE DATA:29/02/2016

DJ DATA:05/12/2005 PG:00410

RDDP VOL.:00035 PG:00232

RSSTJ VOL.:00026 PG:00275

RSTJ VOL.:00198 PG:00630

#### Precedentes:

REsp	591756 RS	2003/0164413-5	Decisão:07/10/2004
DJ		DATA:21/02/2005	PG:00176
RSSTJ		VOL.:00026	PG:00297
REsp	567938 RO	2003/0149898-8	Decisão:17/06/2004
DJ		DATA:01/07/2004	PG:00192
RSSTJ		VOL.:00026	PG:00291

REsp	600744 DF	2003/0187717-1	Decisão:06/05/2004
DJ		DATA:24/05/2004	PG:00274
RJTAMG		VOL.:00097	PG:00372
RSSTJ		VOL.:00026	PG:00301
REsp	306155 MG	2001/0023027-0	Decisão:19/11/2001
DJ		DATA:25/02/2002	PG:00377
RSSTJ		VOL.:00026	PG:00283
REsp	119267 SP	1997/0010017-0	Decisão:04/11/1999
DJ		DATA:06/12/1999	PG:00094
RSSTJ		VOL.:00026	PG:00279

## SÚMULA 276 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

#### Enunciado:

As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da COFINS, irrelevante o regime tributário adotado.

Julgando a AR 3.761-PR, na sessão de 12/11/2008, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 276.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LCP:000070 ANO:1991  
ART:00006 INC:00002

LEG:FED LEI:008541 ANO:1992  
ART:00001 ART:00002

LEG:FED LEI:009430 ANO:1996  
ART:00001 ART:00002

LEG:FED DEL:002397 ANO:1987  
ART:00001 ART:00002

(ARTIGOS REVOGADOS PELA LEI 9.430/1996)

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

12/11/2008

#### Fonte:

DJE DATA:20/11/2008  
DJ DATA:02/06/2003 PG:00365  
RSSTJ VOL.:00021 PG:00065  
RSTJ VOL.:00168 PG:00626  
RT VOL.:00820 PG:00187

#### Precedentes:

AgRg no REsp	422342 RS	2002/0034384-7	Decisão:15/08/2002
DJ		DATA:30/09/2002	PG:00199
RSSTJ		VOL.:00021	PG:00096
RSTJ		VOL.:00168	PG:00633



AgRg no REsp 226386 PR	1999/0071448-2	Decisão:13/08/2002
DJ	DATA:09/09/2002	PG:00185
RSSTJ	VOL.:00021	PG:00090
RSTJ	VOL.:00168	PG:00627
AgRg no REsp 422741 MG	2002/0035148-1	Decisão:18/06/2002
DJ	DATA:09/09/2002	PG:00176
RSSTJ	VOL.:00021	PG:00100
RSTJ	VOL.:00168	PG:00637
REsp 221710 RJ	1999/0059187-9	Decisão:04/10/2001
DJ	DATA:18/02/2002	PG:00288
RDDT	VOL.:00079	PG:00163
RSSTJ	VOL.:00021	PG:00110
RSTJ	VOL.:00168	PG:00649
AgRg no REsp 297461 PR	2000/0143771-2	Decisão:03/04/2001
DJ	DATA:03/09/2001	PG:00153
RSSTJ	VOL.:00021	PG:00093
RSTJ	VOL.:00168	PG:00630
REsp 260960 RS	2000/0052961-3	Decisão:13/02/2001
DJ	DATA:26/03/2001	PG:00378
JBCC	VOL.:00189	PG:00459
RSSTJ	VOL.:00021	PG:00121
RSTJ	VOL.:00168	PG:00661
REsp 227939 SC	1999/0076239-8	Decisão:19/10/2000
DJ	DATA:12/03/2001	PG:00097
RSSTJ	VOL.:00021	PG:00114
RSTJ	VOL.:00168	PG:00653

## DIREITO EMPRESARIAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL

### Enunciado:

A cobrança antecipada do valor residual (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.

Julgando os RESPs 443.143-GO e 470.632-SP, na sessão de 27/08/2003, a Segunda Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 263.

### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:006099 ANO:1974  
ART:00005 ART:00011 PAR:00001

### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

### Data da decisão:

27/08/2003

### Fonte:

DJ DATA:24/09/2003 PG:00216  
DJ DATA:20/05/2002 PG:00188  
RSSTJ VOL.:00020 PG:00125  
RSTJ VOL.:00155 PG:00383  
RT VOL.:00800 PG:00214

### Precedentes:

REsp	302448 SP	2001/0010539-4	Decisão:26/06/2001
DJ		DATA:17/09/2001	PG:00163
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00181
RSTJ		VOL.:00155	PG:00433
AgRg nos EREsp	230239 RS	2001/0033661-2	Decisão:23/05/2001
DJ		DATA:18/06/2001	PG:00110
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00136
RSTJ		VOL.:00155	PG:00385
REsp	196873 RS	1998/0088664-8	Decisão:19/10/2000
DJ		DATA:12/02/2001	PG:00120
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00169
RSTJ		VOL.:00155	PG:00420
REsp	255628 SP	2000/0037542-0	Decisão:29/06/2000
DJ		DATA:11/09/2000	PG:00260
REVFOR		VOL.:00359	PG:00250
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00176
RSTJ		VOL.:00155	PG:00428
REsp	172432 RS	1998/0030501-7	Decisão:16/11/1999
DJ		DATA:08/03/2000	PG:00119
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00143
RSTJ		VOL.:00155	PG:00391

REsp	196209 RS	1998/0087435-6	Decisão:09/11/1999
DJ		DATA:18/12/2000	PG:00183
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00157
RSTJ		VOL.:00155	PG:00407

REsp	181095 RS	1998/0049543-6	Decisão:18/03/1999
DJ		DATA:09/08/1999	PG:00172
RSSTJ		VOL.:00020	PG:00149
RSTJ		VOL.:00124	PG:00380
RSTJ		VOL.:00155	PG:00398

## SÚMULA 256 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE O STJ

#### Enunciado:

O sistema de "protocolo integrado" não se aplica aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça.

Julgando o AgRg no Ag 792.846-SP, na sessão de 21/05/2008, a Corte Especial deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 256.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL

ART:00541

#### Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

#### Data da decisão:

21/05/2008

#### Fonte:

DJE DATA:09/06/2008

DJ DATA:22/08/2001 PG:00338

RSSTJ VOL.:00019 PG:00257

RSTJ VOL.:00155 PG:00073

RT VOL.:00793 PG:00192

#### Precedentes:

AgRg no Ag	327139 SP	2000/0084982-0	Decisão:07/12/2000
DJ		DATA:05/03/2001	PG:00180
RSSTJ		VOL.:00019	PG:00305
RSTJ		VOL.:00155	PG:00090

AgRg no Ag	208971 PR	1998/0078947-2	Decisão:03/12/1999
DJ		DATA:13/03/2000	PG:00179
LEXSTJ		VOL.:00130	PG:00029
RSSTJ		VOL.:00019	PG:00302
RSTJ		VOL.:00155	PG:00087

AgRg no REsp 211121 PB	1999/0035783-3	Decisão:26/10/1999
DJ	DATA:05/06/2000	PG:00232
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00308
RSTJ	VOL.:00155	PG:00093
EDcl no Ag 249238 SP	1999/0057204-1	Decisão:28/09/1999
DJ	DATA:08/11/1999	PG:00107
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00311
RSTJ	VOL.:00155	PG:00095
AgRg no Ag 146451 SP	1997/0030072-2	Decisão:19/03/1998
DJ	DATA:27/04/1998	PG:00183
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00298
RSTJ	VOL.:00155	PG:00082
AgRg no Ag 153708 SP	1997/0049237-0	Decisão:16/09/1997
DJ	DATA:27/10/1997	PG:54808
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00300
RSTJ	VOL.:00155	PG:00085
EDcl no AgRg no Ag 115189 SP	1996/0038312-0	Decisão:25/02/1997
DJ	DATA:24/03/1997	PG:09034
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00313
RSTJ	VOL.:00155	PG:00098
REsp 107496 SP	1996/0057666-1	Decisão:05/11/1996
DJ	DATA:02/12/1996	PG:47689
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00320
RSTJ	VOL.:00155	PG:00105
AgRg no Ag 91286 SP	1995/0060621-6	Decisão:09/04/1996
DJ	DATA:10/06/1996	PG:20346
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00296
RSTJ	VOL.:00155	PG:00080
AgRg no Ag 50668 SP	1994/0010288-7	Decisão:11/05/1994
DJ	DATA:06/06/1994	PG:14260
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00293
RSTJ	VOL.:00155	PG:00077
AgRg no Ag 44844 SP	1993/0029943-3	Decisão:24/02/1994
DJ	DATA:11/04/1994	PG:07645
RSSTJ	VOL.:00019	PG:00290
RSTJ	VOL.:00155	PG:00075

REsp	38585 SP	1993/0025134-1	Decisão:20/10/1993
DJ		DATA:29/11/1993	PG:25891
RSSTJ		VOL.:00019	PG:00318
RSTJ		VOL.:00155	PG:00103

## SÚMULA 230 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

#### Enunciado:

Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação movida por trabalhador avulso portuário, em que se impugna ato do órgão gestor de mão-de-obra de que resulte óbice ao exercício de sua profissão.

Julgando os Conflitos de Competência ns. 30.513-SP, 30.500-SP e 30.504-SP, na sessão de 11/10/2000, a Segunda Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 230.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:008630 ANO:1993

ART:00020

#### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

#### Data da decisão:

11/10/2000

#### Fonte:

DJ DATA:09/11/2000 PG:00069

DJ DATA:08/10/1999 PG:00126

JSTJ VOL.:00014 PG:00265

RLTR VOL.:00010 OUTUBRO/1999

PG:01355

RSSTJ VOL.:00017 PG:00185

RSTJ VOL.:00131 PG:00123

RT VOL.:00769 PG:00167

RT VOL.:00783 PG:00225

#### Precedentes:

CC	22059 SP	1998/0025207-0	Decisão:09/12/1998
DJ		DATA:15/03/1999	PG:00081
JSTJ		VOL.:00014	PG:00279
LEXSTJ		VOL.:00129	PG:00019
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00208
RSTJ		VOL.:00131	PG:00130

CC	23213 SP	1998/0063740-0	Decisão:25/11/1998
DJ		DATA:22/03/1999	PG:00043
JSTJ		VOL.:00014	PG:00281
LEXSTJ		VOL.:00129	PG:00030
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00220
RSTJ		VOL.:00131	PG:00142

CC	22155 SP	1998/0031323-0	<a href="#">Decisão:11/11/1998</a>
DJ		DATA:05/04/1999	PG:00076
JSTJ		VOL.:00014	PG:00285
LEXSTJ		VOL.:00129	PG:00022
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00211
RSTJ		VOL.:00131	PG:00132

CC	22058 SP	1998/0025204-5	<a href="#">Decisão:23/09/1998</a>
DJ		DATA:14/12/1998	PG:00088
JSTJ		VOL.:00014	PG:00272
LEXSTJ		VOL.:00118	PG:00054
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00206
RSTJ		VOL.:00131	PG:00127

CC	22491 SP	1998/0039101-0	<a href="#">Decisão:23/09/1998</a>
DJ		DATA:14/12/1998	PG:00088
JSTJ		VOL.:00014	PG:00274
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00213
RSTJ		VOL.:00131	PG:00134

CC	22678 SP	1998/0046118-3	<a href="#">Decisão:23/09/1998</a>
DJ		DATA:08/03/1999	PG:00108
JSTJ		VOL.:00014	PG:00276
LEXSTJ		VOL.:00129	PG:00024
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00215
RSTJ		VOL.:00131	PG:00136

CC	22859 SP	1998/0054181-0	<a href="#">Decisão:09/09/1998</a>
DJ		DATA:26/10/1998	PG:00018
JSTJ		VOL.:00014	PG:00269
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00217
RSTJ		VOL.:00131	PG:00139

CC	22057 SP	1998/0025202-9	<a href="#">Decisão:12/08/1998</a>
DJ		DATA:05/10/1998	PG:00010
JSTJ		VOL.:00014	PG:00267
LEXSTJ		VOL.:00114	PG:00038
RSSTJ		VOL.:00017	PG:00203
RSTJ		VOL.:00131	PG:00125

## SÚMULA 217 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL

#### Enunciado:

Não cabe agravo de decisão que indefere o pedido de suspensão da execução da liminar, ou da sentença em mandado de segurança.

julgando AgRg na SS n. 1.204-AM, na sessão de 23/10/2003, a Corte Especial deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 217.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED RGI:\*\*\*\*\* ANO:1989

\*\*\*\*\* RISTJ-89 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ART:00271 PAR:00002

LEG:FED LEI:004348 ANO:1964

ART:00004

LEG:FED LEI:008038 ANO:1990

ART:00025 PAR:00002

#### Órgão Julgador:

CORTE ESPECIAL

#### Data da decisão:

23/10/2003

#### Fonte:

DJ DATA:10/11/2003 PG:00225

DJ DATA:15/03/1999 PG:00326

DJ DATA:25/02/1999 PG:00077

JSTJ VOL.:00003 PG:00483

RDDT VOL.:00044 PG:00219

RSSTJ VOL.:00016 PG:00155

RSTJ VOL.:00125 PG:00185

RT VOL.:00762 PG:00190

#### Precedentes:

AgRg na SS 601 MG

1997/0058929-3

Decisão:04/02/1998

DJ	DATA:02/03/1998	PG:00003
JSTJ	VOL.:00003	PG:00494
LEXSTJ	VOL.:00124	PG:00192
RSSTJ	VOL.:00016	PG:00177
RSTJ	VOL.:00125	PG:00196

AgRg na SS 443 DF

1996/0003360-9

Decisão:04/09/1996

DJ	DATA:29/10/1996	PG:41560
LEXSTJ	VOL.:00124	PG:00188
RSSTJ	VOL.:00016	PG:00174
RSTJ	VOL.:00125	PG:00193
RSTJ	VOL.:00089	PG:00017

AgRg na SS 182 PI

1993/0019941-2

Decisão:09/09/1993

DJ	DATA:04/10/1993	PG:20479
LEXSTJ	VOL.:00124	PG:00183
RSSTJ	VOL.:00016	PG:00170
RSTJ	VOL.:00125	PG:00188

AgRg na SS 11 BA	1990/0000449-7	Decisão:08/03/1990
DJ	DATA:02/04/1990	PG:02446
JSTJ	VOL.:00003	PG:00485
LEXSTJ	VOL.:00124	PG:00181
RSSTJ	VOL.:00016	PG:00168
RSTJ	VOL.:00125	PG:00187

## SÚMULA 212 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

#### Enunciado:

A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

A Primeira Seção, na sessão ordinária de 11 de maio de 2005, deliberou pela ALTERAÇÃO do enunciado da Súmula n. 212. REDAÇÃO ANTERIOR (decisão de 23/09/1998, DJ 02/10/1998, PG. 250): A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO PODE SER DEFERIDA POR MEDIDA LIMINAR. A Primeira Seção, na sessão de 14/09/2022, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 375, determinou o CANCELAMENTO da Súmula 212 do STJ (DJe 19/09/2022).

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973

\*\*\*\*\* CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

ART:00798 ART:00799

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

11/05/2005

#### Fonte:

DJE DATA:19/09/2022

DJ DATA:23/05/2005 PG:00371

DJ DATA:02/10/1998 PG:00250

RSSTJ VOL.:00015 PG:00401

RSTJ VOL.:00191 PG:00587

#### Precedentes:

AgRg nos EREsp 152397 SP	1998/0012370-9	Decisão:29/05/1998
DJ	DATA:24/08/1998	PG:00005
JSTJ	VOL.:00001	PG:00432
RSSTJ	VOL.:00015	PG:00411
RSTJ	VOL.:00125	PG:00019
AgRg no Ag 418418 SP	2001/0069257-3	Decisão:19/08/2004
DJ	DATA:20/09/2004	PG:00185
RSSTJ	VOL.:00015	PG:00405
AgRg no REsp 357028 RJ	2001/0127367-8	Decisão:16/04/2002
DJ	DATA:19/05/2003	PG:00174
RSSTJ	VOL.:00015	PG:00413



AgRg no REsp	537736 SP	2003/0092176-0	Decisão:09/12/2003
DJ		DATA:22/03/2004	PG:00231
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00416
REsp	121315 PR	1997/0013785-6	Decisão:05/06/1997
DJ		DATA:30/06/1997	PG:30949
JSTJ		VOL.:00001	PG:00434
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00420
RSTJ		VOL.:00125	PG:00026
REsp	128700 CE	1997/0027456-0	Decisão:02/12/2004
DJ		DATA:28/02/2005	PG:00258
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00423
REsp	137489 PE	1997/0043319-6	Decisão:19/02/1998
DJ		DATA:20/04/1998	PG:00028
JSTJ		VOL.:00001	PG:00437
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00427
RSTJ		VOL.:00125	PG:00029
REsp	150796 CE	1997/0071439-0	Decisão:03/11/1997
DJ		DATA:24/11/1997	PG:61188
JSTJ		VOL.:00001	PG:00215
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00430
RSTJ		VOL.:00125	PG:00032
REsp	153993 PE	1997/0079457-1	Decisão:15/12/1997
DJ		DATA:09/03/1998	PG:00072
JSTJ		VOL.:00001	PG:00218
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00433
RSTJ		VOL.:00125	PG:00035
REsp	158768 CE	1997/0090664-7	Decisão:02/04/1998
DJ		DATA:25/05/1998	PG:00044
JSTJ		VOL.:00001	PG:00427
JSTJ		VOL.:00003	PG:00144
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00436
RSTJ		VOL.:00125	PG:00038
REsp	546150 RJ	2003/0095978-1	Decisão:02/12/2003
DJ		DATA:08/03/2004	PG:00176
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00441

RMS	4970 SP	1994/0032620-3	Decisão:06/09/1995
DJ		DATA:06/11/1995	PG:37558
JSTJ		VOL.:00001	PG:00191
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00450
RSTJ		VOL.:00125	PG:00021

RMS	8206 SP	1997/0004152-2	Decisão:27/11/1997
DJ		DATA:15/12/1997	PG:66351
JSTJ		VOL.:00001	PG:00439
RSSTJ		VOL.:00015	PG:00452
RSTJ		VOL.:00125	PG:00023

## SÚMULA 183 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

#### Enunciado:

Compete ao juiz estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da Justiça Federal, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União figure no processo.

Julgando os Embargos de Declaração no CC n. 27.676-BA, na sessão de 08/11/2000, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 183.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988  
 \*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
 ART:00109 INC:00001  
 LEG:FED LEI:007347 ANO:1985  
 ART:00002

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

08/11/2000

#### Fonte:

DJ DATA:24/11/2000 PG:00265  
 DJ DATA:31/03/1997 PG:09667  
 RDDT VOL.:00021 PG:00194  
 RSSTJ VOL.:00013 PG:00177  
 RSTJ VOL.:00101 PG:00017  
 RT VOL.:00739 PG:00205  
 RT VOL.:00783 PG:00225

#### Precedentes:

CC	16075 SP	1995/0071083-8	Decisão:22/03/1996
DJ		DATA:22/04/1996	PG:12508
RCJ		VOL.:00070	PG:00063
RSSTJ		VOL.:00013	PG:00201
RSTJ		VOL.:00101	PG:00034

CC	12361 RS	1995/0000084-9	Decisão:04/04/1995
DJ		DATA:08/05/1995	PG:12277
LEXSTJ		VOL.:00074	PG:00038
RSSTJ		VOL.:00013	PG:00197
RSTJ		VOL.:00101	PG:00030

CC	2230 RO	1991/0014255-7	Decisão:26/11/1991
DJ		DATA:16/12/1991	PG:18491
LEXSTJ		VOL.:00046	PG:00019
RSSTJ		VOL.:00013	PG:00186
RSTJ		VOL.:00101	PG:00019
RSTJ		VOL.:00028	PG:00040

## SÚMULA 174 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PENAL - APLICAÇÃO DA PENA

#### Enunciado:

No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.

Julgando o RESP 213.054-SP, na sessão de 24/10/2001, a Terceira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 174.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940  
 \*\*\*\*\* CP-40 CODIGO PENAL  
 ART:00157 PAR:00002 INC:00001

#### Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

24/10/2001

#### Fonte:

DJ DATA:06/11/2001 PG:00229  
 DJ DATA:31/10/1996 PG:42124  
 RSSTJ VOL.:00012 PG:00267  
 RSTJ VOL.:00091 PG:00165  
 RT VOL.:00734 PG:00641  
 RT VOL.:00794 PG:00542

#### Precedentes:

REsp	33003 SP	1993/0006798-2	Decisão:14/11/1995
DJ		DATA:20/05/1996	PG:16743
LEXSTJ		VOL.:00086	PG:00350
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00327
RSTJ		VOL.:00091	PG:00189
RT		VOL.:00733	PG:00534

REsp	67524 SP	1995/0028095-7	Decisão:21/08/1995
DJ		DATA:06/11/1995	PG:37583
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00345
RSTJ		VOL.:00091	PG:00206

REsp	62724 SP	1995/0014016-0	Decisão:17/05/1995
DJ		DATA:07/08/1995	PG:23060
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00340
RSTJ		VOL.:00091	PG:00201

REsp	38136 SP	1993/0023790-0	Decisão:31/05/1994
DJ		DATA:27/06/1994	PG:17005
LEXSTJ		VOL.:00066	PG:00304
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00336
RSTJ		VOL.:00065	PG:00384
RSTJ		VOL.:00091	PG:00198
RT		VOL.:00709	PG:00394

REsp	36752 SP	1993/0019012-1	Decisão:19/10/1993
DJ		DATA:29/11/1993	PG:25908
RSTJ		VOL.:00056	PG:00323
RSTJ		VOL.:00091	PG:00193
RT		VOL.:00707	PG:00385

REsp	28590 SP	1992/0026952-4	Decisão:07/12/1992
DJ		DATA:10/10/1994	PG:27183
LEXSTJ		VOL.:00067	PG:00366
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00316
RSTJ		VOL.:00091	PG:00180

REsp	12279 SP	1991/0013243-8	Decisão:25/08/1992
DJ		DATA:13/10/1992	PG:17705
LEXSTJ		VOL.:00042	PG:00340
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00312
RSTJ		VOL.:00036	PG:00407
RSTJ		VOL.:00091	PG:00176

REsp	5679 SP	1990/0010652-4	Decisão:06/02/1991
DJ		DATA:18/03/1991	PG:02805
RSSTJ		VOL.:00012	PG:00302
RSTJ		VOL.:00091	PG:00167

## SÚMULA 157 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO TRIBUTÁRIO - TAXAS

#### Enunciado:

É ilegítima a cobrança de taxa, pelo município, na renovação de licença para localização de estabelecimento comercial ou industrial.

Julgando o RESP 261.571-SP, na sessão de 24/04/2002, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da súmula n. 157.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART:00145 PAR:00002

LEG:FED LEI:005172 ANO:1966

\*\*\*\*\* CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL

ART:00077 ART:00078 ART:00114

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

24/04/2002

#### Fonte:

DJ DATA:07/05/2002 PG:00204

DJ DATA:15/04/1996 PG:11631

RSSTJ VOL.:00011 PG:00205

RSTJ VOL.:00086 PG:00163

RT VOL.:00726 PG:00168

#### Precedentes:

<a href="#">REsp</a>	<a href="#">66795 RJ</a>	<a href="#">1995/0025961-3</a>	<a href="#">Decisão:07/08/1995</a>
DJ		DATA:04/09/1995	PG:27809
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00241
RSTJ		VOL.:00086	PG:00188
RT		VOL.:00724	PG:00277
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">41182 SP</a>	<a href="#">1993/0033080-2</a>	<a href="#">Decisão:20/02/1995</a>
DJ		DATA:20/03/1995	PG:06095
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00222
RSTJ		VOL.:00086	PG:00171
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">50679 ES</a>	<a href="#">1994/0019760-8</a>	<a href="#">Decisão:07/12/1994</a>
DJ		DATA:19/12/1994	PG:35303
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00224
RSTJ		VOL.:00086	PG:00174
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">56270 RJ</a>	<a href="#">1994/0033027-8</a>	<a href="#">Decisão:23/11/1994</a>
DJ		DATA:12/12/1994	PG:34344
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00239
RSTJ		VOL.:00086	PG:00186

REsp	56136 RJ	1994/0032563-0	Decisão:21/11/1994
DJ		DATA:12/12/1994	PG:34333
LEXSTJ		VOL.:00070	PG:00300
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00234
RSTJ		VOL.:00086	PG:00182
RT		VOL.:00719	PG:00301

REsp	52317 SP	1994/0024131-3	Decisão:05/09/1994
DJ		DATA:26/09/1994	PG:25643
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00232
RSTJ		VOL.:00067	PG:00492
RSTJ		VOL.:00086	PG:00180

REsp	50961 SP	1994/0020718-2	Decisão:31/08/1994
DJ		DATA:31/10/1994	PG:29490
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00229
RSTJ		VOL.:00086	PG:00178

REsp	39308 SP	1993/0027223-3	Decisão:16/03/1994
DJ		DATA:06/06/1994	PG:14239
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00219
RSTJ		VOL.:00086	PG:00169
RT		VOL.:00710	PG:00193

REsp	2714 SP	1990/0003306-3	Decisão:23/08/1993
DJ		DATA:27/09/1993	PG:19801
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00215
RSTJ		VOL.:00051	PG:00068
RSTJ		VOL.:00086	PG:00165

## SÚMULA 152 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

#### Enunciado:

Na venda pelo segurador, de bens salvados de sinistros, incide o ICMS.

Julgando o REsp 73.552-RJ, na sessão de 13/6/2007, a Primeira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 152.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968  
ART:00006 PAR:00001 INC:00001  
LEG:FED DEC:017727 ANO:1981  
ART:00453 ART:00464

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

13/06/2007

#### Fonte:

DJ DATA:25/06/2007 PG:00413  
REPDJ DATA:29/03/1996 PG:09543  
DJ DATA:14/03/1996 PG:07115  
RSSTJ VOL.:00011 PG:00043  
RSTJ VOL.:00086 PG:00041  
RT VOL.:00726 PG:00167

#### Precedentes:

REsp	30973 RJ	1992/0033802-0	Decisão:04/09/1995
DJ		DATA:30/10/1995	PG:36749
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00068
RSTJ		VOL.:00086	PG:00048
REsp	45911 SP	1994/0027792-0	Decisão:13/06/1995
DJ		DATA:11/09/1995	PG:28772
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00062
RSTJ		VOL.:00086	PG:00043
REsp	43689 RJ	1994/0003075-4	Decisão:19/10/1994
DJ		DATA:07/11/1994	PG:30007
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00070
RSTJ		VOL.:00086	PG:00050
REsp	45911 SP	1994/0008377-7	Decisão:01/06/1994
DJ		DATA:27/06/1994	PG:16916
RSSTJ		VOL.:00011	PG:00075
RSTJ		VOL.:00086	PG:00054
RT		VOL.:00711	PG:00228

## DIREITO EMPRESARIAL - MARCA COMERCIAL

### Enunciado:

Prescreve em vinte anos a ação para exigir a abstenção do uso de marca comercial.

Julgando a AR 512/DF, na sessão de 12.05.1999, a Segunda Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 142.

### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:005772 ANO:1971  
ART:00059

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916  
\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL  
ART:00177

### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

### Data da decisão:

12/05/1999

### Fonte:

DJ DATA:10/06/1999 PG:00049  
DJ DATA:23/06/1995 PG:19648  
JSTJ VOL.:00009 PG:00471  
RSSTJ VOL.:00010 PG:00237  
RSTJ VOL.:00080 PG:00269  
RT VOL.:00719 PG:00254  
RT VOL.:00766 PG:00186

### Precedentes:

<a href="#">REsp</a>	<a href="#">34983 SP</a>	<a href="#">1993/0013175-3</a>	<a href="#">Decisão:13/12/1993</a>
DJ		DATA:21/02/1994	PG:02173
RSSTJ		VOL.:00010	PG:00278
RSTJ		VOL.:00056	PG:00289
RSTJ		VOL.:00080	PG:00296
RT		VOL.:00719	PG:00269
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">26752 SP</a>	<a href="#">1992/0021891-1</a>	<a href="#">Decisão:15/06/1993</a>
DJ		DATA:09/08/1993	PG:15231
RSSTJ		VOL.:00010	PG:00274
RSTJ		VOL.:00080	PG:00290
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">19355 MG</a>	<a href="#">1992/0004644-4</a>	<a href="#">Decisão:28/10/1992</a>
DJ		DATA:01/02/1993	PG:00434
RSSTJ		VOL.:00010	PG:00263
RSTJ		VOL.:00080	PG:00281
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">10564 SP</a>	<a href="#">1991/0008263-5</a>	<a href="#">Decisão:26/11/1991</a>
DJ		DATA:09/03/1992	PG:02573
RSSTJ		VOL.:00010	PG:00254
RSTJ		VOL.:00080	PG:00273



## DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

### Enunciado:

A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL.

A Primeira Seção, na sessão de 27 de março de 2019, ao julgar a Questão de Ordem nos REsp 1.624.297-RS, 1.629.001-SC e 1.638.772-SC, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 94-STJ.

### Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:\*\*\*\*\* ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART:00155 INC:00001 LET:B

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

LEG:FED DEL:001940 ANO:1982

ART:00001 PAR:00001

### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

### Data da decisão:

22/02/1994

### Fonte:

DJ DATA:28/02/1994 PG:02961

RSSTJ VOL.:00006 PG:00417

RSTJ VOL.:00253 PG:00928

RSTJ VOL.:00061 PG:00201

RT VOL.:00703 PG:00159

### Precedentes:

<a href="#">REsp</a>	<a href="#">31103 RJ</a>	<a href="#">1992/0034200-0</a>	<a href="#">Decisão:29/03/1993</a>
DJ		DATA:26/04/1993	PG:07178
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00429
RSTJ		VOL.:00061	PG:00211
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">27072 RJ</a>	<a href="#">1992/0022771-6</a>	<a href="#">Decisão:30/09/1992</a>
DJ		DATA:16/11/1992	PG:21121
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00427
RSTJ		VOL.:00061	PG:00209
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">8379 RJ</a>	<a href="#">1991/0002800-2</a>	<a href="#">Decisão:26/08/1992</a>
DJ		DATA:28/09/1992	PG:16408
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00421
RSTJ		VOL.:00061	PG:00203
<a href="#">REsp</a>	<a href="#">16521 DF</a>	<a href="#">1991/0023655-1</a>	<a href="#">Decisão:26/02/1992</a>
DJ		DATA:06/04/1992	PG:04471
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00425
RSTJ		VOL.:00061	PG:00207

REsp	14467 MG	1991/0018353-9	Decisão:27/11/1991
DJ		DATA:03/02/1992	PG:00443
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00423
RSTJ		VOL.:00061	PG:00205

## SÚMULA 91 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

#### Enunciado:

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra a fauna.

Na sessão de 08/11/2000, a Terceira Seção deliberou pelo CANCELAMENTO da Súmula n. 91.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED CFD:000000 ANO:1988

\*\*\*\*\* CF-88 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART:00109 INC:00004

LEG:FED LEI:005197 ANO:1967

LEG:FED LEI:007653 ANO:1988

#### Órgão Julgador:

TERCEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

08/11/2000

#### Fonte:

DJ DATA:23/11/2000 PG:00101

DJ DATA:26/10/1993 PG:22629

RSSTJ VOL.:00006 PG:00333

RSTJ VOL.:00061 PG:00123

RT VOL.:00698 PG:00416

RT VOL.:00783 PG:00575

#### Precedentes:

CC	3608 SC	1992/0024828-4	Decisão:03/12/1992
DJ		DATA:17/12/1992	PG:24209
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00352
RSTJ		VOL.:00061	PG:00140

CC	3369 SC	1992/0019476-1	Decisão:15/10/1992
DJ		DATA:16/11/1992	PG:21085
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00345
RSTJ		VOL.:00043	PG:00024
RSTJ		VOL.:00061	PG:00134
RTJE		VOL.:00109	PG:00226

CC	3373 SC	1992/0019480-0	Decisão:17/09/1992
DJ		DATA:05/10/1992	PG:17065
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00348
RSTJ		VOL.:00045	PG:00055
RSTJ		VOL.:00061	PG:00136

CC	1597 SP	1990/0013348-3	Decisão:07/02/1991
DJ		DATA:25/02/1991	PG:01451
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00343
RSTJ		VOL.:00061	PG:00132
RT		VOL.:00671	PG:00384

CC	1074 SP	1990/0002229-0	Decisão:19/04/1990
DJ		DATA:14/05/1990	PG:04151
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00339
RSTJ		VOL.:00010	PG:00072
RSTJ		VOL.:00061	PG:00127

CC	200 MS	1989/0007403-2	Decisão:06/06/1989
DJ		DATA:26/06/1989	PG:11102
RSSTJ		VOL.:00006	PG:00337
RSTJ		VOL.:00061	PG:00125

## SÚMULA 68 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS

#### Enunciado:

A parcela relativa ao ICM inclui-se na base de cálculo do PIS.

A Primeira Seção, na sessão de 27 de março de 2019, ao julgar a Questão de Ordem nos REsps 1.624.297-RS, 1.629.001-SC e 1.638.772-SC, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 68-STJ.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LCP:000007 ANO:1970

ART:00003 LET:B

LEG:FED DEL:000406 ANO:1968

ART:00002 PAR:00007

#### Órgão Julgador:

PRIMEIRA SEÇÃO

#### Data da decisão:

15/12/1992

#### Fonte:

DJ DATA:04/02/1993 PG:00775

RSSTJ VOL.:00005 PG:00011

RSTJ VOL.:00253 PG:00927

RSTJ VOL.:00044 PG:00227

RT VOL.:00696 PG:00211

#### Precedentes:

REsp	19455 DF	1992/0004957-5	Decisão:17/06/1992
DJ		DATA:17/08/1992	PG:12483
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00033
RSTJ		VOL.:00044	PG:00251

REsp	21497 RJ	1992/0009758-8	Decisão:10/06/1992
DJ		DATA:10/08/1992	PG:11945
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00035
RSTJ		VOL.:00044	PG:00253
AgRg no Ag	16577 SP	1991/0021010-2	Decisão:06/04/1992
DJ		DATA:11/05/1992	PG:06416
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00015
RSTJ		VOL.:00044	PG:00245
REsp	8601 SP	1991/0003404-5	Decisão:06/04/1992
DJ		DATA:18/05/1992	PG:06968
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00025
RSTJ		VOL.:00044	PG:00240
REsp	16841 DF	1991/0024074-5	Decisão:17/02/1992
DJ		DATA:06/04/1992	PG:04471
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00030
RSTJ		VOL.:00044	PG:00247
REsp	14471 MG	1991/0018357-1	Decisão:18/12/1991
DJ		DATA:17/02/1992	PG:01362
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00028
RSTJ		VOL.:00044	PG:00242
REsp	6924 PB	1990/0013613-0	Decisão:02/09/1991
DJ		DATA:23/09/1991	PG:13066
RDC		VOL.:00061	PG:00198
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00016
RSTJ		VOL.:00044	PG:00229
REsp	8541 SP	1991/0003197-6	Decisão:22/05/1991
DJ		DATA:25/11/1991	PG:17047
REVJUR		VOL.:00174	PG:00055
RSSTJ		VOL.:00005	PG:00018
RSTJ		VOL.:00044	PG:00231

## SÚMULA 61 (SÚMULA CANCELADA)

### DIREITO CIVIL - CONTRATO DE SEGURO

#### Enunciado:

O seguro de vida cobre o suicídio não premeditado.

A Segunda Seção, na sessão de 25 de abril de 2018, ao apreciar o Projeto de Súmula n. 1.154, determinou o CANCELAMENTO da Súmula n. 61-STJ.

#### Referências Legislativas:

LEG:FED LEI:003071 ANO:1916

\*\*\*\*\* CC-16 CODIGO CIVIL

ART:01440

#### Órgão Julgador:

SEGUNDA SEÇÃO

#### Data da decisão:

14/10/1992

#### Fonte:

DJ DATA:20/10/1992 PG:18382

RSTJ VOL.:00250 PG:01003

RSTJ VOL.:00044 PG:00081

RT VOL.:00688 PG:00172

#### Precedentes:

REsp	16560 SC	1991/0023696-9	Decisão:12/05/1992
DJ		DATA:22/06/1992	PG:09765
JBCC		VOL.:00174	PG:00131
LEXSTJ		VOL.:00037	PG:00198
RCJ		VOL.:00050	PG:00088
REVJUR		VOL.:00182	PG:00057
RSTJ		VOL.:00039	PG:00523
RSTJ		VOL.:00044	PG:00093
RT		VOL.:00687	PG:00198
REsp	6729 MS	1990/0013089-1	Decisão:30/04/1991
DJ		DATA:03/06/1991	PG:07424
RSTJ		VOL.:00044	PG:00091
REsp	194 PR	1989/0008427-5	Decisão:29/08/1989
DJ		DATA:02/10/1989	PG:15350
JBCC		VOL.:00153	PG:00215
RSTJ		VOL.:00004	PG:01495
RSTJ		VOL.:00044	PG:00083